



MODELOS CONSTRUTIVOS DO BRASIL COLONIAL: O CASO DA VILA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO ITAMARACÁ - PE

Autor: André Luiz Gomes Soares¹

Co-Autora: Mariana Leitão Sousa Melo²

RESUMO

O presente trabalho faz parte do estudo sobre a formação das primeiras vilas formadas pelos europeus ao longo dos séculos XVI-XVII na colônia brasileira. Neste sentido, para uma melhor formatação de nossa pesquisa, resolvemos escolher como ponto de análise a capital da Capitania de Itamaracá, que passou por uma série de processos construtivos, principalmente no período que vai de sua fundação, até a expulsão dos holandeses. Como objetivo, pretendemos analisar como se configurou o processo construtivo trazidos pelos lusitanos no século XVI e identificar as possíveis transformações feitas pelos holandeses no período de sua ocupação, entre 1631 até 1648. A justificativa deve-se ao fato de encontrarmos poucas bibliografias a respeito do nosso objeto de estudo. Desta maneira, utilizamos como perspectiva metodológica, as cartografias sobre a Ilha de Itamaracá assim como a análise *in foco* das principais estruturas arquitetônicas relacionando-as com as cartografias do período colonial.

PALAVRAS CHAVE: HISTÓRIA – ARQUEOLOGIA – RENASCENTISMO

ABSTRACT

The present work is part of the studies about the formation of the first villages by the europeans during the 16th and 17th centuries in colonial Brazil. In sense, for a better formatting in the research, we chose the Capitany of Itamaracá, which passed by series of constructive processes, especially on the colonial period, until the dutch expelling. As objective, we intend to analyze the configuration of the processes brought by the portuguese in the 16th century, and identify possible changes made by the dutch in their occupation, between 1631 and 1648. The justification of this work is the lack of bibliographic reference about our study object. In this way, we use the Itamaracá island maps and the analysis *in focus* of the architectural structures of the referent period.

KEYWORDS: HISTORY – ARCHEOLOGY - REINASSANCE

¹ Mestre em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco – prof.andresoares@yahoo.com.br

² Pós graduação em História do Século XX pela Universidade Federal de Pernambuco – marianalsm@hotmail.com



INTRODUÇÃO

O presente artigo procura identificar e analisar os modelos construtivos utilizados pelos portugueses nas primeiras vilas e cidades brasileiras, que tiveram sua formação ao longo dos séculos XVI-XVII. Para exemplificar, utilizaremos o exemplo da Vila Nossa Senhora da Conceição, que foi sede da Capitania de Itamaracá.

Na atualidade, o ambiente de estudo é conhecido como Vila Velha, que está localizada no Município da Ilha de Itamaracá, inserido na Região Metropolitana do Recife, litoral norte do Estado de Pernambuco, distanciando-se da capital em cerca de 55Km. Sua latitude é de 07° 45' 00" tendo como longitude 34° 49' 30". Para uma melhor formatação do nosso artigo, destacamos que, nos séculos XVI e XVII, Vila Velha sofreu dois tipos de ocupação: a primeira portuguesa, e a segunda holandesa, no século XVII.

Faz-se necessário destacar que entre os séculos XV e XVI, cresce na Europa uma nova tendência, capaz de modificar, ou transformar, uma série de elementos da sociedade européia, influenciando a economia, a política, a cultura e a sociedade: trata-se do renascimento.

Desta maneira, o renascimento foi um fenômeno que alcançou a Europa Ocidental como um todo. Conseqüentemente, Portugal e Holanda acabaram por sofrer a influência deste ideal renascentista.

A partir do século XVI, lusitanos e batavos, passaram a desenvolver a expansão ultramarina para o novo mundo, gerando uma transposição dos valores renascentistas, da Europa para o continente americano. Como já foi dito, o renascimento influenciou, de forma marcante, uma série de elementos da cultura européia, ocasionando uma transformação nos modelos e formas de se construir cidades e vilas.

Logo, as primeiras vilas e cidades do Brasil Colonial, foram sendo criadas a partir de um referencial arquitetônico provindo do renascimento, foi o caso da Vila Nossa Senhora da Conceição. Do ponto de vista histórico, verificamos que no período, conhecido como Brasil Holandês, Vila Velha foi ocupada pelos batavos.

Tendo a Holanda recebido, assim como Portugal, a influência da arquitetura renascentista, lançamos as seguintes problemáticas: Quais os motivos levaram os holandeses a ocuparem a Vila Nossa Senhora da Conceição? Houve modificações na forma de ocupação de Vila Velha do século XVII?

É sobre este questionamento que iremos nos debruçar.



Renascimento: um aporte para a arquitetura dos séculos XVI-XVII

Para uma melhor construção deste artigo faz-se necessário evidenciar os modelos arquitetônicos que estavam em voga na Europa do século XVI. Abordaremos os aspectos relacionados ao renascimento que teve início no período conhecido como Idade Média.

Desta maneira, as cidades medievais eram cercadas por muralhas de pedras com torres fortificadas e tinham frequentemente um fosso com água. Estes meios de defesa eram indispensáveis para defender os cidadãos da permanente ameaça de uma agressão armada, entretanto à medida que a cidade crescia, tornava-se necessário uma nova muralha. Nas cidades medievais mais antigas verifica-se no interior da muralha, que a cidade formava um labirinto de ruas e ruelas estreitas e tortuosas não havendo preocupação com a higiene (Abramson & Kolesnitski, 1976).

Uma reconfiguração deste modelo pode ser verificada na segunda fase do período medieval (Baixa Idade Média). Esta transformação teve como um dos principais pilares o aprimoramento das atividades comerciais que deram início às modificações das relações sociais na Europa Medieval.

O comércio deu um novo vigor à economia européia, alterando profundamente toda a sociedade, seja na cidade, onde era desenvolvida a maioria das atividades mercantis, seja no campo, que passou a produzir um excedente agrícola. (Pais, 1992).

Com o aprimoramento desta atividade passou a existir uma nova classe responsável somente por estas transações, a burguesia. Esta por sua vez passou a financiar cada vez mais o artesão. Neste sentido o comércio passou a influenciar o desenvolvimento do artesanato (Abramson & Kolesnitski, 1976).

A sede destas atividades comerciais foram as cidades que como consequência deste desenvolvimento passaram a crescer demograficamente. Nesta fase, a cidade, tal como é encontrada na história, passa a ser o ponto de máxima concentração do vigor e da cultura de uma comunidade, é a forma e o símbolo de um conjunto integrado de relações sociais (Munford, 1961: 13).

A partir do século XV, passa a ser configurada na Europa uma mudança da natureza do trabalho artístico e suas relações com outras atividades humanas. Esta nova tendência foi batizada de Renascença. Os motivos históricos ligados ao início desta fase estão diretamente



relacionados às transformações econômicas, políticas e culturais que estavam acontecendo no velho mundo, principalmente no continente europeu.

O renascimento se dava com o movimento profundo da sociedade, com a expansão das relações mercantis, feita pela burguesia, e com o aperfeiçoamento das técnicas produtivas, conquista do espaço territorial transformando-o em espaço econômico. A renascença abrangeu um período longo e difuso surgindo em países diferentes com diferença de alguns anos e variando de natureza entre eles e segundo as suas propensões. É necessário evidenciar que esta nova etapa cultural, influenciou a política, a filosofia e a arquitetura, sendo esta última é a que será abordada (tema de abordagem) neste trabalho (Sevcenko, 1994).

No período renascentista a criação de um novo estilo arquitetônico e de uma arte figurativa próprios dos artistas do período, exigiu da geometria contribuição substancial, que aparece na criação do desenho projetivo. O ponto de partida para os arquitetos do renascimento foi a redescoberta e a divulgação da obra, Dez Livros de Arquitetura de Vitruvius (Franco, 1978).

Podemos destacar como um dos principais eventos desta fase renascentista, a divulgação dos tratados relacionados a aplicação da arquitetura clássica. Neste sentido o principal elo de ligação entre Vitruvius e os arquitetos deste período medieval é o arquiteto Alberti, tido como primeiro legislador daquele classicismo que levava à volta do antigo (Argan, 1998)

Depois de Alberti passou a existir uma nova geração de artistas que trabalharam no início do século XV – Ghiberti, Donatello, Paolo Uccello, Masaccio – todos eles levam a termo as obras das gerações anteriores, porém sua contribuição adquire um novo valor, autônomo e universal, é uma proposta válida para todos, e que de fato será adotada, nos próximos 100 anos, em todo o mundo civil, como alternativa para a tradição medieval (Benevolo, 2001).

As modificações, da arquitetura, provenientes do renascimento provocaram alterações nas técnicas construtivas e no formato das novas cidades européias. Segundo Benevolo (2001) boa parte das novas cidades, medievais européias, que foram sendo construídas ao longo do século XIV e XV procuraram o equilíbrio entre os espaços públicos e privados sendo este equilíbrio calculado antes da construção urbana³.

³ A idéia de planta calculada irradia para o urbanismo. O círculo vai determinar as cidades de planta radial, e polígono dos mais diversos. Cidades fortificadas propícias ao uso da artilharia e que serão imitadas por toda Europa (Franco, 1978)



Neste sentido, o espaço não é mais entendido como o lugar da figura e do objeto, um vazio ocupado por um corpo sólido, e sim como uma dimensão de uma ação histórica, que na sua dinâmica revela simultaneamente as causas e os efeitos, as decisões e os atos (Argan, 1998).

A partir desta construção, as novas cidades construídas sobre a influência da renascença passaram a seguir estas orientações. As cidades passam a seguir um modelo uniforme: um tabuleiro de ruas retilíneas, que definem uma série de quarteirões iguais, quase sempre quadrados onde no centro citadino, consegue-se uma praça, sobre a qual se debruça os edifícios mais importantes que são a igreja, o paço e a casa dos mercadores e dos colonos mais ricos. Estas regras derivam seja da tradição medieval (as novas cidades fundadas no século XIII e na primeira metade do século XIV), seja da cultura renascentista: dos textos dos tratados de Vitruvius e Alberti, e do espírito de regularidade geométrica, que agora se tornou um hábito comum e uma exigência primária na técnica construtiva (Benevolo, 2001).

Apesar de o renascimento europeu ser considerado um fenômeno geral, verificamos nas mais diversas bibliografias sobre o tema, a idéia de singularidade geográfica, ou seja, cada reino teve suas peculiaridades. Neste sentido, Portugal passou a desenvolver a arquitetura renascentista com base nas suas características. A historiografia, de uma maneira geral, aponta a Itália como grande centro renascentista. Desta maneira, verifica-se uma exportação de arquitetos italianos para diversos reinos da Europa, entre eles Portugal.

Faz-se necessário destacar que não existe uma data específica para o início do renascimento lusitano, entretanto podemos destacar como um dos maiores contribuintes para a renascença portuguesa o escultor italiano André Sansovino (1460-1529). Este foi um dos mais altos expoentes da arte florentina e o maior dos mestres da arte tumularia do século XVI. A partir deste primeiro contato, entre Portugal e os arquitetos italianos, a arquitetura renascentista passou a fazer parte do *modos operante* das novas vilas e cidades portuguesas, tendo como consequência a exportação deste modelo para as colônias lusitanas, foi o caso do Brasil (Boltshauser, 1969).

A Aplicação da Arquitetura Renascentista no Brasil

A historiografia costuma evidenciar que a colonização brasileira teve início a partir da implantação das Capitanias Hereditárias. O Brasil surgiu como território colonial peculiar em face dos esquemas de expansão européia, onde sua população local era considerada de baixo



nível técnico-econômico, sem possibilidade de exportação e sem capacidade de absorver as manufaturas confeccionadas no Velho Mundo, e sem as riquezas coloniais das colônias espanholas.

Mesmo com estas características, verificamos que do início das capitâneas hereditárias até o ano de 1548, haviam sido fundadas cerca de 16 vilas e povoados, número muito abaixo das perspectivas da metrópole (Reis, 2000).

Entretanto, mesmo com uma ocupação muito aquém do esperado, estas primeiras vilas e cidades foram sendo construídas a partir da esquematização do modelo renascentista, existindo assim uma relação direta entre a arquitetura européia e arquitetura produzida no Brasil Colônia.

Apesar desta relação entre a arquitetura européia e a americana foi possível verificar algumas peculiaridades nos modelos construtivos do Brasil no século XVI. Da mesma forma que aconteceu com a arquitetura inglesa e espanhola nas Américas, o modelo construtivo brasileiro, adquiriu características próprias que são adaptações ou concessões à mentalidade, aos usos, aos materiais existentes, ao meio e ao clima, a mão de obra disponível e aos conhecimentos técnicos locais (Boltshause, 1969).

Mesmo de forma incipiente, as primeiras vilas eram orientadas por modelos renascentistas, existindo o núcleo central que deveria conter a parte religiosa, a igreja, e a parte política, casa de câmara e cadeia e residências dos senhores, casa do governador, todos estes elementos deveriam ser circundados por muros ou paliçadas. Estas primeiras construções careciam de maiores aplicações arquitetônicas⁴. Os motivos desta carência esta relacionado a ausência de engenheiros que só foram enviados ao Brasil a partir de 1549 (Reis, 2000).

Sobre esta referência acima citada, destacamos a informação cuja autoria é remetida a Boltshausen (1969). Este autor, divide as construções coloniais brasileiras da seguinte forma: edifícios com finalidade religiosa, edifícios públicos, edifícios residenciais e edifícios para fins militares.

De uma maneira geral a única regra que existia *in comum* a todas as vilas eram as construções religiosas. As igrejas poderiam ser paróquias ou conventos. No primeiro caso, seriam matriz quando tivessem um vigário próprio, Sé ou Catedral quando fossem sede de um bispado, basílica quando nelas se custodiasse alguma relíquia. No segundo caso, fariam parte

⁴ A falta de profissionais ligados aos sistemas construtivos faziam com que a arquitetura brasileira, nos primeiros anos de colonização, estivesse sujeita a construções sem complexidade técnica e até mesmo em alguns casos, construções rústicas ligadas a uma tentativa de adaptação ao novo ambiente (Prado, 1939).



de um convento ou mosteiro e serviriam para os ofícios religiosos das congregações monásticas (Boltshause, 1969).

A partir das construções religiosas os portugueses passavam a desenvolver o esquema de praças centrais, flanqueadas por edifícios públicos e avenidas que se estendiam a partir desses elementos centrais. Desta maneira, os planejamentos urbanos das vilas e cidades brasileiras tinham como o ponto central a igreja e era a partir desta que a urbe seria construída. Contudo, as edificações religiosas não eram o único pilar, desta maneira, sua construção estava acompanhada dos outros elementos da política e da economia, tais como a Casa de Câmara e Cadeia e a Casa do Governador (Munford, 1961).

As construções dos edifícios públicos estavam condicionadas a importância dada a cada vila. Neste sentido, verificamos que nos principais núcleos de povoamento estas edificações destinavam-se à administração local ou regional e constituíam-se das chamadas Casa de Câmara e Cadeia, as quais poderiam abrigar um ou vários compartimentos para o açougue ou mercado. Nas casas dos contos funcionavam as contadorias e os órgãos de controle financeiro da região e deram origem ao tribunal de contas. Os palácios do Governo abrangiam a habitação do governador e todo o aparelho burocrático correspondente ao poder executivo. Nas cidades maiores haviam um hospital, geralmente chamado Santa Casa da Misericórdia.

Em meio a praça central, flanqueada pelos edifícios mais importantes da cidade, mandava a lei que se erguesse o pelourinho, forte coluna de pedra ou de madeira, ao qual se amarrava ladrões ou criminosos para receber castigos (Boltshauses, 1969).

Para finalizar o assunto relacionado com os modelos da arquitetura renascentista no Brasil, destacamos agora as construções militares. Estas constituíam o ponto básico da vida e da organização espacial dos centros urbanos, especialmente nos primeiros anos da colonização onde os portugueses eram obrigados a resguardar a posse dos territórios contra ataque dos inimigos externos, europeus, e internos, os indígenas.

As novas fortificações do século XVI eram muito mais complicadas que as antigas muralhas, tinham revelins, ressaltos, bastiões, em formação a moda de estrela, que permitiam tanto a artilharia como a infantaria armada abrir fogo sobre as fileiras das forças atacantes de qualquer lado onde pudessem aparecer (Munford, 1961).

Sobre as edificações militares, Boltshauser (1969) afirma que os principais edifícios eram primitivamente os fortes e fortins destinados a defesa do território que pudesse estar ameaçado ou junto as cidades cuja riqueza fosse capaz de despertar cobiça das potências rivais ou dos piratas que, naquele tempo, vasculhavam os mares.



Neste sentido os sistemas defensivos tinham como tendência geral nos núcleos mais antigos a ocupação de sítios elevados facilitando deste modo a aplicação de um sistema defensivo assim como o controle eficiente das vias de comunicação, fossem caminhos ou vias marítimas e fluviais. Praticamente todas as vilas e cidades fundadas antes de 1580 foram assentadas sobre colinas, que facilitassem sua defesa pela altura o sistema de defesa era reforçado por fortalezas externas instaladas em pontos estratégicos (Reis,2000).

Os motivos pelos quais os portugueses procuravam instalar suas primeiras vilas em locais determinados pela altura foram abordados por Goulart Reis. Segundo este autor esta tendência portuguesa estava relacionada ao tipo de armamento utilizado assim como a experiência adquirida das vilas e cidades lusitanas que eram construídas em condições semelhantes (Reis, 2000).

Apesar da grande preocupação com o sistema defensivo, os portugueses obedeceram como regra às construções religiosas⁵. Estas construções estavam diretamente ligadas não somente ao sentido espiritual assim como em muitos casos administrativos, políticos e militares.

Sobre o início da vinda de arquitetos europeus para o Brasil, o escritor Goulart Reis (2000) afirma que até 1580, as vilas como São Paulo, Olinda e Vitória, tinham traçados irregulares. Mas Salvador como cidade real foi criada com características diferentes, para isto veio o mestre de fortificação Luiz Dias, que trouxe diretrizes da corte de como proceder.

Outro especialista renomado na época que veio para o Brasil ainda no século XVI foi o engenheiro militar Francisco de Frias Mesquita, autor de varias obras importantes e de fortificações em Salvador e no Maranhão (Boltshauser, 1969).

Como já foi visto, a aplicação no Brasil colonial destes modelos construtivos da arquitetura renascentista portuguesa, estavam condicionados ao grau de importância política, administrativa e econômica de uma determinada vila. Todos estes requisitos apresentados estavam enquadrados na Vila Nossa Senhora da Conceição. É o que veremos a seguir.

Aplicações da Arquitetura Renascentista na Vila Nossa Senhora da Conceição.

⁵ As construções religiosas surgiram com os primeiros núcleos de povoamento, sendo esta unida ao estado, era lhe cabido uma parte da administração pública, como registros de batizados, casamentos e óbitos. As ordens religiosas, jesuítas, franciscanas, carmelitas e beneditinas dominaram a paisagem das vilas e cidades, com suas igrejas e construções conventuais. Até 1650, as igrejas eram todas simples, tinham fachada com frontões retos e apenas um óculo ao centro, e abaixo uma única porta as vezes talhada. Neste primeiro momento as igrejas não tinham torre excetuando-se a da Sé de Salvador e Olinda (Reis, 2000).



O período histórico na Ilha de Itamaracá teve início no começo do século XVI, com a construção de feitorias destinadas a extração de pau-brasil. Dentre estas, a mais conhecida foi a feitoria de Cristóvão Jaques.

Embora exista esta referência, da feitoria de Cristóvão Jaques, não vamos evidenciar maiores detalhes desta construção. O ponto de partida de nossa pesquisa está relacionado com a formação das Capitânicas Hereditárias. Foi a partir destas que os portugueses traçaram seu projeto de ocupação para o Brasil Colônia.

Para impedir a pirataria francesa, o Rei português D. João III envia uma expedição chefiada por Martim Afonso de Souza, objetivando combater os invasores. Dentro desta expedição assumindo o posto de comandante, estava o irmão de Martin Afonso, Pero Lopes de Souza sendo este o responsável pela expulsão dos franceses da Ilha de Itamaracá.

Para impedir a invasão dos piratas estrangeiros assim como efetivar melhor a dominação sobre terras brasileiras, a coroa portuguesa instituiu o sistema das capitânicas hereditárias. Neste sentido, no dia 1º de Setembro de 1534, D. João III destina a Capitania de Itamaracá ao irmão de Martim Afonso de Souza, Pero Lopes de Souza que passa a ser capitão donatário. Uma vez definida a capitania, a Vila Nossa Senhora da Conceição passa a ser a capital.

Neste primeiro momento de ocupação, é possível verificar na implantação da Vila Nossa Senhora da Conceição o modelo renascentista de construção, que foram aplicados nas construções das primeiras vilas e cidades brasileiras.

A primeira fase construtiva foi configurada pela construção da Igreja matriz, a Igreja da Nossa Senhora da Conceição, a Casa de Câmara e Cadeia e Alfândega, Provedoria da Fazenda Real e a Casa do Governador da Capitania. Diante destas construções existia uma praça central, servindo como elo destas estruturas. Para finalizar o complexo da vila, destacamos as construções relacionadas ao sistema de defesa militar, constando paliçadas e redutos bélicos.

Sobre o aporte religioso, encontramos na vila, uma igreja fundada neste primeiro momento de ocupação, a igreja matriz, batizada de Nossa Senhora da Conceição. O nome da igreja serviu como base de batismo para o nome da vila.

O atributo político, está relacionado com a construção da Casa de Câmara e Cadeia. Esta por sua vez, objetivava estabelecer na capitania o domínio administrativo e judiciário. Uma vez que as normas eram oriundas do reino, deveria existir nas capitânicas um centro de fiscalização e aplicação destas leis. Uma outra conotação que tinham estes edifícios era o



controle tributário, pois as decisões políticas estavam, muitas vezes, relacionadas com fatores econômicos.

Por último, o aporte militar. Na Vila Nossa Senhora da Conceição existia paliçadas de madeira sobre muralha de terra que circundava a ilha, tendo em algumas regiões um fosso (Seabra, 2003).

Segundo Barthel (2007) existiam dois pontos fortificados na entrada do canal de Santa Cruz, entretanto provavelmente o Forte de Santa Cruz foi destruído devido a construção do Forte Orange.

Estas aplicações tinham como objetivo tornar a Vila Nossa Senhora da Conceição um local propício para o desenvolvimento das políticas exploratórias. Neste momento, o açúcar despontava como principal produto econômico, sua produção deveria ser estimulada, principalmente nas capitais da parte norte do Brasil Colônia.

Desta maneira passou a existir incentivo para a produção deste gênero agrícola na Capitania de Itamaracá. Entretanto, não foi verificado na parte insular desta capitania um grande desenvolvimento de engenhos. O açúcar passou a ser produzido na parte continental, mais precisamente na Vila de Goiana.

Como consequência, a Vila Nossa Senhora da Conceição foi perdendo aos poucos a hegemonia econômica da capitania. Para piorar, boa parte da produção açucareira de Goiana era escoada no Porto do Recife, reduzindo assim a arrecadação tributária da capitania. Como um dos motivos para este desvio de rota, devemos fazer algumas considerações.

Por se tratar de uma ilha, Itamaracá possui um porto natural, localizado no canal de Santa Cruz. Sobre este porto⁶, devemos salientar duas considerações, a primeira é sobre a capacidade de navegação. Muitos historiadores abordam a dificuldade de se trafegar por ele grandes embarcações, fazendo com que muitos navios preferissem aportar no porto de Recife⁷.

Para corroborar com a informação acima destacamos a obra *História dos Feitos Recentes Praticados Durante Oito Anos no Brasil* de Gaspar Barlaeus. Nesta encontramos a seguinte informação: “o rio de Itamaracá só poderia ser navegado por navios menores, sendo estéril e inculto o solo circujacente, e o porto cheio de bancos e já mal afamado naufrágio de varias naus”.

⁶ Almeida Prado faz referência a este porto como Porto dos Franceses (Prado, 1938).

⁷ José Antônio Gonçalves de Mello é um dos escritores que trazem esta informação.



Quando os holandeses conquistaram a Ilha de Itamaracá encontraram esta mesma dificuldade acima. Como consequência, os batavos passaram a utilizar a Vila Nossa Senhora da Conceição como um aporte pra outras finalidades é o que veremos a seguir.

A ocupação holandesa na Vila Nossa Senhora da Conceição.

José Antônio Gonçalves de Mello em sua obra *Administração da Conquista*, traz em seu livro, alguns relatórios destinados a Companhia das Índias Ocidentais feitos por holandeses, que participaram da conquista do território brasileiro.

A conquista da Ilha de Itamaracá pelos holandeses se deu em dois momentos. O primeiro em 1631 quando os batavos destruíram a Fortaleza de Santa Cruz instituindo em seu lugar o Forte Orange. O segundo em 1633, ano em que a Vila Nossa Senhora da Conceição foi totalmente conquistada e rebatizada, tornando-se Vila Schkoppe.

De uma maneira geral, a historiografia procura vincular o açúcar como principal motivador da invasão holandesa. Uma ressalva deve ser feita, não faz parte dos objetivos deste trabalho identificar a veracidade desta informação. Entretanto, seria displicente, de nossa parte, não considerar a importância deste produto para a economia da época.

Para intensificar a produção do açúcar a Companhia das Índias Ocidentais instituiu o Conde Mauricio de Nassau como governador do Brasil Holandês. Prontamente Nassau instituiu a linha de crédito, possibilitando assim que muitos luso-brasileiros voltassem a suas atividades agrárias e como forma de melhorar a aproximação entre estas duas nações distintas, instituiu a liberdade religiosa⁸.

Fazendo referência ao primeiro ponto, à política, Nassau instituiu a possibilidade de se existir dentro desta esfera representantes holandeses e portugueses, eram as chamadas Câmaras de Escabinos.

Foi permitido a instalação das Câmaras de Escabinos nas principais sedes do Brasil-Holandês. Geralmente esta estrutura política ficava localizada na Casa de Câmara e Cadeia, tipo de edificação existente desde o período português.

Quando os holandeses consolidaram a invasão passaram a estimular o fabrico do açúcar. Contudo, a ilha de Itamaracá possuía uma série de limitações para este tipo de

⁸ Sobre a Holanda, Moraes (2000) faz a seguinte referência: emergidos da luta contra o império espanhol e com a divisão dos Países Baixos em 1579, aparece como a primeira nação capitalista burguesa, com identidade nacional mercantil, fortemente marcado. Daí gerar um aparato de estado criado de acordo com os interesses da burguesia urbana que lhe propicia uma competência comercial, base da expansão holandesa ao longo do século XVI e XVII. (Moraes, 2000: 62).



produção. Os batavos passaram a atribuir a Vila Schkoppe uma nova finalidade, reestruturando a vila e modificando o organismo funcional da mesma.

Levando em consideração a importância das atividades comerciais como influenciador dos modelos administrativos e sendo a Vila Schkoppe uma localidade de pequeno apelo comercial, nada mais plausível que as funções políticas e judiciárias fossem transferidas para uma vila com maior aporte econômico. De fato, foi o que aconteceu com a Vila Schkoppe, pois a Câmara de Escabinos da Capitania de Itamaracá foi instalada na Vila de Goiânia.

Um dos motivos pelo qual ocorreu esta mudança pode estar relacionado a produção açucareira, pois segundo documentos transcritos por Mello (2004) referentes aos relatórios feitos por Adriaen van Bullestrate para a companhia, informava que em Goiana e seus arredores existiam grandes engenhos e fartos canaviais, enquanto que a Vila Schkoppe possui apenas dois engenhos pertencentes a Seulijn.

Identificamos neste fato a primeira modificação funcional realizada pelos holandeses. A Casa de Câmara e Cadeia da Vila Nossa Senhora da Conceição perdeu sua função política, administrativa e judiciária, entretanto sua edificação não ficou obsoleta, existindo a permanência de uma de suas funções, o presídio assim como a implantação de uma nova finalidade o quartel.

Algumas informações históricas corroboram para a aplicação desta função, a primeira esta relacionada ao fato da vila ser em si uma fortaleza, fazendo com que os presos ficassem em contato diretamente com os soldados que patrulhavam a ilha e o cárcere.

O segundo elemento está relacionado com uma referência feita por Leonardo Dantas⁹ (2004) sobre a prisão de monges beneditinos da cidade de Olinda, onde após a prisão foram enviados para cumprir pena na Vila Schkoppe, localizada na ilha de Itamaracá..

Uma outra modificação funcional deve-se a Igreja Nossa Senhora da Conceição. Leonardo Dantas em sua obra *Holandeses no Brasil 1630-1654* afirma que nem sempre foram permitidos o culto católico nas Igrejas Católicas, nesta medida alguns dos maiores templos foram entregues ao ministério dos predicantes da Igreja Cristã Reformada.

Existindo a possibilidade de se utilizar fontes pictóricas como referências, podendo estas contribuir para complementar as informações históricas, destacamos a iconografia do

⁹ Devido a vinda da armada do Conde da Torre, todos os lusos brasileiros foram considerados suspeitos, assim fora decretado pelo Conde Nassau o confinamento de todos os religiosos, das diversas ordens existentes em Pernambuco, no reduto de Vila Velha (Itamaracá). Leonardo Dantas, de sua obra *Holandeses em Pernambuco 1630-1654*.



período holandês, que consta a nova função da igreja matriz de Vila Velha onde esta passou a ser utilizado como aparato militar, casa de pólvora.

A atribuição que merece destaque é que, geralmente as referências históricas sobre o período holandês nem sempre aludem para a reutilização dos espaços, mesmo que estes tenham tido suas funções mantidas ou modificadas.

Para um melhor entendimento da reutilização do ambiente, encontramos dentro da arqueologia histórica, elementos que auxiliam no entendimento das possíveis novas atribuições.

Borrazás (2005) transmite esta idéia supracitada, onde para o autor as construções dos espaços estão direcionadas as variáveis sociais, culturais e políticas. No caso da ocupação holandesa de Vila Velha, verificamos que a reutilização de uma estrutura já construída, esta relacionada a uma nova estratégia de ocupação.

Como já foi visto, as atribuições políticas, econômicas e religiosas da vila foram modificadas pelos holandeses. Diante destas mudanças, reiteramos o nosso problema inicial: quais os motivos levaram os holandeses a ocuparem a Vila Nossa Senhora da Conceição?

Mesmo com duas décadas de ocupação, os holandeses sempre procuraram aprimorar o sistema de defesa do Brasil-Holandês. Muitos documentos batavos, relatados por José Antônio Gonsalves de Mello, demonstravam a preocupação com os assuntos relacionados a esfera militar.

As transformações militares, realizadas pela Companhia das Índias Ocidentais em Vila Velha, possibilitaram a construção de uma fortaleza que estava diretamente relacionada com o Forte Orange. Estas modificações nos remete a um sentido funcional dado pelos holandeses a todo o território da ilha. Esta passou a servir muito mais como uma fortaleza de retaguarda, pronta a proteger e resguardar os holandeses a qualquer possibilidade de contra ataque do inimigo. Esta função fica muito mais evidente quando reportamos aos documentos dos diretores holandeses destinados a Companhia das Índias Ocidentais.

Numa análise espacial a Vila Schkoppe estava posicionada num local extremamente estratégico. Da vila era possível ter uma visão do Oceano Atlântico, assim como da entrada do Canal de Santa Cruz. Como visto a vila em si era uma verdadeira fortaleza, de difícil conquista, que poderia servir como ponto de retaguarda em caso de contra-ataque dos portugueses.

Além destes elementos acima citados, destacamos que os holandeses modificaram as funções de alguns dos principais edifícios, Casa de Câmara e Cadeia e a Igreja Nossa Senhora



da Conceição, enquadrando-os numa perspectiva militar. O primeiro tornou-se quartel e o segundo casa de pólvora.

Tendo os holandeses uma ambiente propício para a implementação deste projeto militar acreditamos na hipótese de que os motivos que levaram os holandês a ocuparem Vila Velha possam estar relacionados às questões militares. Sendo assim, as modificações realizadas pelos batavos teriam uma finalidade diferente da ocupação anterior (portuguesa).

Conclusão Parcial

A conclusão preliminar que chegamos, deve-se ao fato de destacarmos a necessidade de se aprofundar as pesquisas históricas, de documentos primários e secundários, sobre a Ilha de Itamaracá nos séculos XVI-XVII.

Entretanto, destacamos a possibilidade, através da interdisciplinaridade, de se associar os elementos arqueológicos sobre esta pesquisa, pois encontramos em Vila Velha, uma série de vestígios que nos permite utilizarmos dos dados provenientes da arqueologia, fomentando uma melhor construção do passado histórico da Ilha de Itamaracá.

Sobre os resultados aqui apresentados, verificamos que as transformações realizadas pelos holandeses, seguiram, não somente, os objetivos da conquista e sim a tentativa de se construir um aporte de defesa, para um possível contra-ataque, caso fosse necessário. Entretanto, a história nos mostra que este plano não foi realizado, já que grande parte do contingente de defesa, dos batavos, ficou posicionado entre Recife e a parte Sul da Capitania de Pernambuco.

Para finalizar, destacamos que a Ilha de Itamaracá, foi, e continua sendo, um local que carrega, em si e para si, grande parte da história regional do Nordeste. Contudo, é muito comum, a idéia de que esta ilha só encanta através de seus encantos naturais, *itamaracá* é uma pedra que canta não apenas pelo mar em sua praia, mas pela sua história, muitas vezes esquecidas por displicência, omissão ou simplesmente por ignorância de muitos que constroem a “*história*” do nosso Estado.

REFERÊNCIAS

ABRAMSON, M.; KOLESNITSKI N. **História da idade média**: a baixa idade media. Portugal: Editorial Estampa, 1976. 2 v.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 280 p



IV Colóquio de História

*Abordagens Interdisciplinares sobre História da Sexualidade
de 16 a 19 de novembro de 2010 - UNICAP*

- BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. Mapas.
- BOLTSHAUSER, João. **História da arquitetura**. Belo Horizonte: UFMG, 1969. v. 5 Parte I
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **O renascimento**. 1. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1978. 207 p
- MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: Guerra e açúcar no nordeste, 1630-1654**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. 470 p
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Administração da Conquista**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, 2004.
- _____. **Economia Açucareira**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, 2004.
- _____. Parque Histórico Nacional dos Guararapes. **A cartografia holandesa do Recife: estudo dos principais mapas da cidade, do período 1631-1648**. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes, 1976.
- _____. **Tempo dos Flamengos**. Topbook editora e distribuidora de livros, Rio de Janeiro, 2001.
- _____; FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Gente da Nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1989. 552 p.
- MORAES, Antonio Carlos Roberto. **As bases da formação territorial do Brasil: O território colonial brasileiro no longo século XVI**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2000. 431 p. (estudos históricos; 41)
- MUNFORD, Lewis. **A cultura das cidades**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1961.
- PAIS, Marco Antonio de Oliveira. **O despertar da Europa: a baixa idade média**. São Paulo: Atual, 1992. 86 p. (História geral em documentos).
- PRADO, J. F. de Almeida. **Primeiros povoadores do Brasil: 1500-1530**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1939. 309 p. (Brasiliana; v.37).
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução urbana no Brasil 1500 – 1720**. São Paulo: Editora Pioneira, 2000
- SEABRA, Patrícia P. **Proposta de Manejo do Sítio Histórico de Vila Velha – Uma Paisagem na Memória**. Monografia (Especialização) da Faculdade de Arquitetura e urbanismo de Pernambuco – FAUPE, Recife, 2003.
- SEVCENKO, Nicolau. **O renascimento**. 21. ed. São Paulo: Atual, 1994. 91p. (discutindo a historia).